



**CRP**  
RS  
CONSELHO REGIONAL  
DE PSICOLOGIA  
DO RIO GRANDE DO SUL

Ano XI  
Número 53  
Out | Nov | Dez 2010

# entre linhas

**Impresso  
Especial**

9912211301/2008 - DR/RS  
Conselho Regional de  
Psicologia 7ª Região

...CORREIOS...



...CORREIOS...  
Av. Protásio Alves, 2854  
Porto Alegre - RS  
CEP 90410-006

# EXAMES CRIMINOLÓGICOS EM DEBATE

Sistema Conselhos, Poder Judiciário e Ministério Público debatem a Resolução n.º 009/2010 do Conselho Federal de Psicologia, que proíbe os psicólogos de realizarem exames criminológicos no Sistema Prisional

Você está recebendo a primeira edição do Jornal EntreLinhas organizada pelo coletivo de psicólogos da gestão ComPosição, que estará à frente do CRPRS no período de agosto de 2010 a agosto de 2013. Nosso grupo reúne psicólogos inseridos em diferentes espaços de atuação profissional que se aproximam a partir de compromissos comuns relativos à **ética, ao diálogo, ao compromisso social e à produção coletiva**. Afirmamos a representação da categoria a partir de uma implicação crítica e atenta às demandas contemporâneas da sociedade, e, para tanto, buscaremos trazer para discussão da categoria nos próximos três anos os principais temas tratados no VII Congresso Nacional de Psicologia relativos ao aperfeiçoamento democrático do Sistema Conselhos; à construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional em diferentes campos – Psicoterapia, Políticas Públicas, Direitos Humanos, Formação, Avaliação Psicológica, Mobilidade Humana, Emergências e Desastres, entre outros; ao diálogo com a sociedade e o Estado.

Para acionar estas discussões estaremos investindo em diferentes estratégias como:

- Ampliação das ações de regionalização, que promovam a aproximação da gestão do CRPRS às diferentes regiões do Estado por meio da manutenção da estrutura de funcionamento das subsedes e incentivo à participação dos psicólogos nas atividades desenvolvidas pelas Comissões e Grupos de Trabalho, bem como incentivo e apoio à organização de coletivos de psicólogos em regiões onde ainda não estão constituídas as subsedes, favorecendo a descentralização das ações do Conselho;

- Desenvolvimento ágil e qualificado de ações de orientação da categoria quanto aos fundamentos éticos e técnicos estabelecidos pelo Sistema Conselhos, por meio de divulgação das normativas que orientam os fazeres da Psicologia (publicação de documentos, cadernos de perguntas e respostas), mapeamento das principais demandas da categoria quanto a atribuições técnicas, questões éticas e políticas, com vistas às ações de orientação e fiscalização, e aproximação da Área Técnica do CRPRS às subsedes por meio da presença dos psicólogos fiscais;

- Aproximação do CRPRS dos espaços de formação profissional (graduação e pós-graduação) para fortalecer discussões e promover ações conjuntas (seminários, fóruns, encontros de supervisores e preceptores, dentre outras) visando à qualificação do trabalho dos psicólogos formados e em formação;

Outra ação de gestão, que se visibiliza na publicação deste número, é a **nova formação do Jornal EntreLinhas**, que passa a ser organizado em torno de uma temática central a ser abordada em cada edição. Buscamos assim, oferecer elementos para o aprofundamento do debate sobre os principais temas que fazem questão para a categoria.

O primeiro tema que compõe esta edição é o Sistema Prisional brasileiro e as práticas do profissional psicólogo neste campo. O Sistema Conselhos, no ano de 2010, trouxe marcos importantes para esta discussão, com a publicação da Resolução n.º 009/2010. A referida resolução veda ao profissional psicólogo a prática do exame criminológico. Esta tomada de decisão é resultante de longos anos de reflexão e debates, atendendo aos anseios de ampla parte da categoria, principalmente aqueles que se encontram no dia a dia do trabalho do sistema penitenciário. Porém, esta resolução não foi bem recebida pelo Poder Judiciário e Ministério Público, que solicitaram ao CFP sua suspensão, sugerindo maior discussão sobre a matéria. Neste sentido, a Assembléia das Políticas Administrativas e Financeiras do Sistema Conselhos de dezembro de 2010 deliberou pela prorrogação de sua suspensão até maio de 2011, quando será novamente avaliada. Com isso, esta edição do EntreLinhas reúne e sistematiza os principais acontecimentos e discussões sobre este assunto, além de trazer a opinião de profissionais especialistas do tema.

Esperamos que esta publicação contribua para a mobilização de avanços na discussão desse tema, pelo conjunto dos psicólogos(as) gaúchos(as), por entendermos que precisamos reafirmar um posicionamento ativo em relação às produções que se dão neste e em outros campos que estarão sendo apresentados nos próximos números.

Boa leitura!

## Publicação trimestral do Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul

**Presidente:** Vera Lúcia Pasini

**Vice-presidente:** Vania Roseli Correa de Mello

**Tesoureira:** Alexandra Maria Campelo Ximendes

**Secretária:** Loiva dos Santos Leite

**Conselheiros:** Vera Lúcia Pasini, Loiva Leite, Vania Roseli Correa de Mello, Dirce Terezinha Tatsch, Maria de Fátima B. Fischer, Alexandra Maria Campelo Ximendes, Vivian Roxo Borges, Adolfo Pizzinato, Luciana Knijnik, Elisabeth Mazon Machado, Roberta Fin Motta, Thêmis Bárbara Antunes Trentini, Sinara Cristiane Tres Soares, Tatiana Baierle, Leda Rubia C. Maurina, Pedro José Pacheco, Deise Rosa Ortiz, Nelson Eduardo E. Rivero, Rafael Volski de Oliveira, Melissa Rios Classen, Rosa Veronese, Vânia Fortes de Oliveira, Janaína Turcato Zanchin, Lutiane de Lara, Bianca Sordi Stock, Daniela Deimiquei.

**Comissão Editorial:** Janaína Turcato Zanchin, Maria de Fátima B. Fischer, Melissa Rios Classen.

**Jornalista Responsável:** José Antônio Leal / Mtb 10375

**Estagiária de Jornalismo:** Bruna Arndt

**Redação:** José Antônio Leal e Bruna Arndt

**Relações Públicas:**

Belisa Zoehler Giorgis / CONRERP 4-30071

**Eventos:** Adriana Burmann

**Comentários e sugestões:** comunicacao@crprs.org.br

**Endereços CRPRS:**

**Sede – Porto Alegre:** Av. Protásio Alves, 2854/301

CEP: 90410-006 – Fone/Fax: (51) 3334-6799

crprs@crprs.org.br

**Subsede Caxias do Sul:** Rua Moreira Cesar, 2712/33

CEP: 95034-000 – Fone/Fax: (54) 3223-7848

caxias@crprs.org.br

**Subsede Pelotas:** Rua Félix da Cunha, 772/304

CEP: 96010-000 – Fone/Fax: (53) 3227-4197

pelotas@crprs.org.br

**Projeto Gráfico e Diagramação:**

Tavane Reichert Machado

**Impressão:** Ideograf

**Tiragem:** 15.000 exemplares

Distribuição gratuita



**Cadastre-se no site para receber a newsletter**  
[www.crprs.org.br](http://www.crprs.org.br)

### Novo EntreLinhas

Psicólogo, o EntreLinhas está de cara nova. Além de desejarmos uma ótima leitura, aguardamos o seu retorno e estamos abertos a contribuições e sugestões.

Gestão ComPosição

- 4 Posse**  
**Gestão ComPosição assume o CRPRS**  
 26 novos Conselheiros assumem a gestão do próximo triênio no CRPRS
- 5 Seminário**  
**Debates mobilizam a categoria no Seminário de Psicologia e Políticas Públicas**  
 Psicólogos e estudantes participaram dos encontros nos dias 26 e 27 de novembro
- 6 Exames Criminológicos**  
**CRPRS e CFP reforçam posição contrária ao exame criminológico**  
 A Resolução n.º 009/2010, que regulamenta a atuação dos psicólogos no Sistema Prisional, foi objeto de amplo debate entre a categoria, Poder Judiciário e Ministério Público
- 7 Exames Criminológicos**  
**Psicólogos atuantes no Sistema Prisional criticam realização dos exames**  
 Os especialistas Pedro Paulo Bicalho, Cristina Rauter e Márcia Badaró abordaram a questão em encontros promovidos no CRPRS
- 8 Resolução**  
**Resolução n.º 009/2010**  
 Regulamenta a atuação do psicólogo no Sistema Prisional.
- 9 Políticas Públicas**  
**Psicologia e Políticas Públicas**  
 A Psicologia implicada na construção de uma sociedade de direitos
- 10 Direitos Humanos**  
**A Psicologia e os Direitos Humanos**  
 O desafio de expandir as discussões junto à categoria e à sociedade
- 11 Psicoterapia**  
**Compromisso com a Psicoterapia**  
 Diferentes escolas teóricas unidas em torno do compromisso com a área
- 12 Avaliação Psicológica**  
**Refletindo sobre a Avaliação Psicológica**  
 Conhecimento técnico-científico e aspectos éticos fundamentais da Avaliação Psicológica
- 13 Título de Especialista**  
**Especialidades em debate**  
 Ampliação das discussões sobre a especialidade em Psicologia
- 14 Trânsito**  
**Pela consciência cidadã no trânsito**  
 A intervenção efetiva envolve a congregação da Psicologia com diversos saberes
- 15 Educação**  
**Um alerta aos pais**  
 O retorno das explicações organicistas para as dificuldades de escolarização são objeto de preocupação da Psicologia.
- 16 Serra**  
**O CRPRS na Região da Serra**  
 Os profissionais da Serra estão convidados a participar das comissões e GTs
- 17 Sul**  
**O CRPRS na Região Sul**  
 A Subseção Sul é o espaço de todo psicólogo da região
- 18 Centro-Oeste**  
**O CRPRS na Região Centro-Oeste**  
 O fortalecimento do Conselho em Santa Maria e região
- 19 CREPOP**  
**Um ano de conquistas**  
 Quatro pesquisas foram desenvolvidas pelo CREPOP em 2010
- 20 Agenda**



## Gestão ComPosição assume o CRPRS

26 novos Conselheiros assumem a gestão do próximo triênio no CRPRS

A categoria dos psicólogos passará a ser representada por um novo coletivo de conselheiros. Com 52,44% dos votos nas eleições ocorridas em agosto, a Gestão

ComPosição foi escolhida pela categoria para estar à frente do CRPRS no triênio 2010-2013. A primeira diretoria da gestão é composta pela Conselheira Presidente Vera Lúcia Pasini, a

Conselheira Vice-Presidente Vania Roseli Correa de Mello, a Conselheira Tesoureira Alexandra Maria Campelo Ximendes e a Conselheira Secretária Loiva dos Santos Leite.

### Conselheiros Eleitos – Triênio 2010/2013

#### Conselheiros efetivos

- Adolfo Pizzinato
- Alexandra Maria Campelo Ximendes
- Dirce Terezinha Tatsch
- Elisabeth Mazon Machado
- Loiva Leite
- Luciana Kniknik
- Maria de Fátima B. Fischer
- Melissa Rios Classen
- Roberta Fin Motta
- Thêmis Bárbara Antunes Trentini
- Vania Roseli Correa de Mello
- Vera Lúcia Pasini
- Vivian Roxo Borges

#### Conselheiros suplentes

- Bianca Sordi Stock
- Daniela Deimiquei
- Deise Rosa Ortiz
- Janaína Turcato Zanchin
- Leda Rubia C. Maurina
- Lutiane de Lara
- Nelson Eduardo E. Rivero
- Pedro José Pacheco
- Rafael Volski de Oliveira
- Rosa Veronese
- Sinara Cristiane Tres
- Tatiana Baierle
- Vânia Fortes de Oliveira



# Debates mobilizam a categoria no Seminário de Psicologia e Políticas Públicas

Psicólogos e estudantes participaram dos encontros nos dias 26 e 27 de novembro.

**C**erca de 50 psicólogos e estudantes participaram do **Seminário de Psicologia e Políticas Públicas** promovido pelo Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul (CRPRS) nos dias 26 e 27 de novembro em Porto Alegre (RS).

O seminário foi composto por seis mesas: “*Psicologia, Compromisso Social e Políticas Públicas*”, com a Conselheira Presidente do CRPRS Vera Lúcia Pasini; “*Políticas Públicas na Perspectiva da Garantia de Direitos*”, com a psicóloga Ana Luíza Castro; “*Clínica e política*”, com a psicóloga Analice Palombini; “*O Controle Social como Estratégia de Interlocação dos Psicólogos com a Sociedade*”, com a Conselheira Vice-Presidente Vania Roseli Correa de Mello; “*A Formação em Políticas Públicas: Reflexões Críticas Sobre o Processo*”, com a psicóloga Neuza Guareschi; e “*Implicações do CRP com as Políticas Públicas: A experiência do CREPOP/RS*”, com a Assessora Técnica do Centro de Referência em Psicologia e Políticas Públicas, Sílvia Giugliani.

**Psicologia, Compromisso Social e Políticas Públicas** – O início do seminário foi encaminhado pela Conselheira Presidente Vera Lúcia Pasini: “Muitas das políticas públicas podem se materializar a partir do nosso trabalho, o que enfatiza a importância da nossa inserção neste espaço. As concepções da Psicologia sobre saúde, bem-estar, família, felicidade, saúde, doença, entre outras questões, devem ser colocadas no contexto das políticas públicas”.

Vera propôs algumas das questões para a discussão no decorrer do evento: “Que lugar é esse que a Psicologia tem construído no campo das políticas públicas? Que critérios nós temos usado para orientar as nossas técnicas? Que efeitos as nossas técnicas têm produzido neste lugar?”.

**Políticas Públicas na Perspectiva da Garantia de Direitos** – A psicóloga Ana Luíza Castro reforçou a importância do engajamento da Psicologia no com-

bate a qualquer forma de discriminação. “Colaborar na construção de uma nova sociedade, em relações de confraternidade, igualdade, justiça social e de respeito a todas as diversidades, deve ser o nosso norte”, reforçou.

Para Ana Luíza, a responsabilidade dos profissionais no campo das políticas públicas não pode ser ignorada: “Por meio de práticas psicológicas e políticas públicas que respeitem as diferenças e em consonância aos direitos humanos, a Psicologia deve assumir como pressuposto o combate a qualquer forma de discriminação”.

**Clínica e política** – A psicóloga Analice Palombini abordou a necessidade de uma nova postura dos profissionais diante de seus pacientes: “É necessário que opere um modelo na base do estabelecimento de uma relação de confiança, em que as responsabilidades sejam compartilhadas e possam circular, não com submissão, mas negociação”.

A necessidade de reinvenção foi reforçada: “É necessário abrir espaço para que o usuário tenha cada vez mais autonomia. Diante do usuário, participante, protagonista do Sistema Único de Saúde, o psicólogo, tanto quanto o psiquiatra, o terapeuta ocupacional, o assistente social, entre outros profissionais, precisam se reinventar”.

**O Controle Social como Estratégia de Interlocação dos Psicólogos com a Sociedade** – A Vice-Presidente do CRPRS Vania Roseli Correa de Mello falou sobre outras possibilidades de atuação no espaço da saúde pública: “Precisamos refletir sobre outras formas de cuidado em relação à saúde mental, repensar nossa própria prática clínica enquanto profissionais da saúde, e, por consequência, qual a concepção de clínica que temos desenvolvido nestes espaços”.

“O Controle Social é uma das grandes conquistas que temos com a aplicação do Sistema Único de Saúde, possibilitando o exercício da cidadania”, reforçou. Vania ainda assinalou a necessidade do diálogo entre o Con-

selho e os profissionais que atuam no campo das políticas públicas.

**A Formação em Políticas Públicas: Reflexões Críticas Sobre o Processo** – A psicóloga Neuza Guareschi apresentou uma pesquisa desenvolvida pelas principais universidades de Porto Alegre, com o objetivo de mapear as áreas da Psicologia mais exploradas nos cursos de graduação. Segundo Neuza, as políticas públicas são pouco desenvolvidas em comparação a outras áreas como a clínica e a avaliação psicológica.

Para Neuza, a intervenção da Psicologia pode introduzir diferenças importantes às práticas no campo da saúde. “No momento que a Psicologia entra na saúde, tende a se transformar ou se igualar àquelas áreas tradicionais, as biomédicas. Não podemos esquecer que a Psicologia pertence à área das ciências humanas, e tem a possibilidade de transformar a concepção ‘dura’ das biomédicas em relação à saúde que reinou durante mais de dois séculos”, enfatizou.

**Implicações do CRP com as Políticas Públicas: A experiência do CREPOP/RS** – A psicóloga e Assessora Técnica do CREPOP/RS, Sílvia Giugliani, encerrou a sequência das mesas abordando a ação do CREPOP junto aos profissionais do setor público: “A proposta de ação do CREPOP é estabelecer uma permanente comunicação com os profissionais que atuam com as políticas públicas. Nossas pesquisas desenvolvem-se neste sentido, abordando temas como a atuação da Psicologia junto à Assistência Social, às políticas de defesa da diversidade sexual, entre outros campos”.

Para Sílvia, compreender a inserção dos psicólogos nos espaços de saúde pública é fundamental quando se considera a realidade do país. “Apenas 15% da população brasileira tem condições de acessar as práticas psicológicas na clínica privada. Desta forma, a imensa maioria da população apenas pode receber os serviços psicológicos por meio das políticas públicas”, salientou.

## CRPRS e CFP reforçam posição contrária ao exame criminológico

A Resolução n.º 009/2010, que regulamenta a atuação dos psicólogos no Sistema Prisional, foi objeto de amplo debate entre a categoria, Poder Judiciário e Ministério Público.

O Presidente do Conselho Federal de Psicologia, Humberto Verona, e a Conselheira Coordenadora do Grupo de Trabalho do Sistema Prisional do CRPRS, Maria de Fátima Bueno Fischer, participaram em 9 de dezembro da Audiência Pública sobre a Resolução n.º 009/2010, que regulamenta a atuação dos psicólogos no Sistema Prisional e veda a esses a realização de exames criminológicos. O Presidente do Conselho Federal de Psicologia, Humberto Verona, e a Conselheira Coordenadora do Grupo de Trabalho do Sistema Prisional do CRPRS, Maria de Fátima Bueno Fischer, participaram em 9 de dezembro da Audiência Pública sobre a Resolução n.º 009/2010, que regulamenta a atuação dos psicólogos no Sistema Prisional e veda a realização de exames criminológicos (confira íntegra do texto na página 8).

A audiência, promovida pelo Ministério Público Federal, teve como objetivo a realização de debates sobre os fundamentos da resolução e os meios de aprimoramento da atuação dos psicólogos no sistema penitenciário nacional. A resolução atualmente encontra-se suspensa pelo CFP até maio de 2011 para possibilitar o aprofundamento dos debates visando ao aperfeiçoamento da regulamentação.

A Conselheira Federal Deise Maria do Nascimento afirmou que a proibição dos exames não é uma questão teórica, mas reflexo das consequências éticas e políticas de sua realização. “O laudo não pode desconsiderar o ambiente em que o apenado está recolhido”, destacou.

A vice-coordenadora da Pastoral Carcerária, Petra Silvia Pfaller, questionou a seriedade dos exames: “Há a ilusão de que é possível prever se o indivíduo voltará a infringir a lei. É uma questão impossível de ser respondida por qualquer ciência. Na realidade, os juizes estão jogando a responsabilidade do julgamento sobre a Psicologia”.

A Coordenadora do GT Sistema Prisional, Maria de Fátima Bueno Fischer, reforçou a posição a favor da resolução. “Não vamos aceitar o reducionismo do trabalho dos psicólogos, que podem atuar de forma ampla na promoção da saúde dos apenados, a apenas a realização dos exames criminológicos”, criticou. Fátima chamou a atenção para o foco do debate: “Esta questão não se resume à quantidade de casas prisionais ou de psicólogos que trabalham no Sistema Prisional. A não aceitação dos exames como prática do psicólogo é uma questão ética, e não técnica”.

**Perspectivas** – Após a audiência, os representantes das instituições assumiram o compromisso de uma nova reunião, no início de 2011, para a construção de um acordo que contemple os interesses dos psicólogos do Sistema Prisional e as demandas do Poder Judiciário.

Além da participação do Sistema Conselhos, também estiveram presentes na audiência o Procurador da República Alexandre Gavronski, o Promotor de Justiça Fabiano Dallazen, a Juíza da Vara de Execuções Criminais de Porto Alegre Adriana da Silva Ribeiro e representantes da Superintendência dos Serviços Penitenciários do Rio Grande do Sul.





## Psicólogos atuantes no Sistema Prisional criticam realização dos exames

Os especialistas Pedro Paulo Bicalho, Cristina Rauter e Márcia Badaró abordaram a questão em encontros promovidos no CRPRS.

### Viés ético

Em palestra promovida no dia 24 de novembro no CRPRS, o psicólogo e professor do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro Pedro Paulo Bicalho assinalou a necessidade de a discussão sobre os exames criminológicos não se dar pelo viés técnico.

“Na verdade, quando abordamos o exame criminológico, nós precisamos colocar esta discussão não como uma discussão técnica, mas precisamos debater a existência do exame criminológico pelo viés político, ético e epistemológico”, ressaltou. Para o psicólogo, o problema do exame criminológico não é a ausência de caráter científico do instrumento: “A questão é que não entendemos como ética esta relação de poder que é articulada quando a Psicologia tenta produzir algum tipo de prognóstico sobre o apenado”.

O profissional criticou o Poder Judiciário por repassar a responsabilidade pelo julgamento aos psicólogos. “Grande parte dos juizes acredita que a principal função dos psicólogos no Sistema Prisional é a realização desses exames, mas ignora-se a possibilidade de outros posicionamentos, como o acompanhamento e a promoção da saúde dentro daquele espaço”, afirmou.

Além das ressalvas apresentadas à realização dos exames, Bicalho também mostrou preocupação com o lugar do Sistema Prisional no contexto das Políticas Públicas. “O grande problema é achar que as políticas públicas do sistema prisional são as políticas públicas

de prisão. Pelo contrário, as políticas públicas de educação, de saúde, de desenvolvimento, todas também devem atender para o Sistema Prisional. A prisão não pode ser uma política pública à parte”, alertou.

### Outras possibilidades para a Psicologia

As psicólogas Márcia Badaró e Cristina Rauter participaram como palestrantes no Fórum Regional Desafios para a Resolução sobre a atuação do psicólogo no sistema prisional, que ocorreu em 5 de novembro na sede do Conselho.

Márcia contextualizou o processo de construção da Resolução nº 009/2010. “A regulamentação foi resultado da demanda de grande parte da categoria, em um trabalho que se estendeu pelos últimos 10 anos”, ressaltou. A psicóloga explicou que os psicólogos devem ter a autonomia para decidir sobre o seu exercício profissional. “O sistema de justiça penal está baseado no exame criminológico. Em vez de reforçar a lógica punitiva, o que a Psicologia pode oferecer em termos de tratamento para aqueles indivíduos?”, questionou.

Cristina Rauter, com experiência profissional e acadêmica na área de Psicologia Jurídica, questionou as expectativas depositadas sobre o exame criminológico. “O exame visa a prever se o apenado voltará a cometer algum delito. Será que mistificações e preconceitos que atravessam toda a sociedade não acabam se reproduzindo neste espaço revestidos por uma roupagem científica?”, perguntou.



Além das palestras, os psicólogos Pedro Paulo Bicalho, Cristina Rauter e Márcia Badaró também gravaram entrevista na sede do CRPRS sobre a atuação dos profissionais no Sistema Prisional. Assista à íntegra no site [www.youtube.com/crprsvideos](http://www.youtube.com/crprsvideos)

# Resolução n.º 009/2010

Regulamenta a atuação do psicólogo no sistema prisional.

O CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, que lhe são conferidas pela Lei nº 5.766, de 20/12/1971;

CONSIDERANDO o disposto no Art. 6º, letra "c", da Lei nº 5.766 de 20/12/1971, e o Art. 6º, inciso V, do Decreto nº 79.822 de 17/6/1977;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal, em seu Art. 196, bem como os princípios e diretrizes preconizados pelo Sistema Único de Saúde (SUS), definem que a saúde é direito de todos e dever do Estado;

CONSIDERANDO as Regras Mínimas para Tratamento do Preso no Brasil (Resolução nº 14 de 11/11/1994), resultante da recomendação do Comitê Permanente de Prevenção do Crime e Justiça Penal da ONU, que estabelece em seu Art. 15 a assistência psicológica como direito da pessoa presa;

CONSIDERANDO publicação elaborada pelo Ministério da Justiça, Departamento Penitenciário Nacional (Depen) e o Conselho Federal de Psicologia (CFP): "Diretrizes para atuação e formação dos psicólogos do sistema prisional brasileiro";

CONSIDERANDO que as questões relativas ao encarceramento devem ser compreendidas em sua complexidade e como um processo que engendra a marginalização e a exclusão social;

CONSIDERANDO que a Psicologia, como Ciência e Profissão, posiciona-se pelo compromisso social da categoria em relação às proposições alternativas à pena privativa de liberdade, além de fortalecer a luta pela garantia de direitos humanos nas instituições em que há privação de liberdade;

CONSIDERANDO os princípios éticos fundamentais que norteiam a atividade profissional do psicólogo contidos no Código de Ética Profissional do Psicólogo;

CONSIDERANDO que os psicólogos atuarão segundo os princípios éticos da profissão, notadamente aqueles que se fundamentam no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, conforme a Declaração Universal dos Direitos Humanos;

CONSIDERANDO o processo de profícua interlocução com a categoria, e com o objetivo de produzir referências técnicas para a prática profissional do psicólogo no sistema prisional;

CONSIDERANDO a necessidade de referências para subsidiar a atuação do psicólogo no sistema prisional e a produção qualificada de documentos escritos decorrentes de sua intervenção;

CONSIDERANDO decisão deste Plenário em reunião realizada no dia 18 de junho de 2010,

## RESOLVE:

Art. 1º. Em todas as práticas no sistema prisional, o psicólogo deverá respeitar e promover:

a) Os direitos humanos dos sujeitos em privação de liberdade, em âmbito institucional e interdisciplinar;

b) Processos de construção da cidadania, em contraposição à cultura de primazia da segurança, de vingança social e de disciplinarização do indivíduo;

c) Desconstrução do conceito de que o crime está relacionado unicamente à patologia ou à história individual, enfatizando os dispositivos sociais que promovem o processo de criminalização;

d) A construção de estratégias que visem ao fortalecimento dos laços sociais e uma participação maior dos sujeitos por meio de projetos interdisciplinares que tenham por objetivo o resgate da cidadania e a inserção na sociedade extramuros;

Art. 2º. Em relação à atuação com a população em privação de liberdade ou em medida de segurança, o psicólogo deverá:

a) Compreender os sujeitos na sua totalidade histórica, social, cultural, humana e emocional;

b) Promover práticas que potencializem a vida em liberdade, de modo a construir e fortalecer dispositivos que estimulem a autonomia e a expressão da individualidade dos envolvidos no atendimento;

c) Construir dispositivos de superação das lógicas maniqueístas que atuam na instituição e na sociedade,

principalmente com relação a projetos de saúde e reintegração social;

d) Atuar na promoção de saúde mental, a partir dos pressupostos antimanicomiais, tendo como referência fundamental a Lei da Reforma Psiquiátrica, Lei nº 10.216/2001, visando a favorecer a criação ou o fortalecimento dos laços sociais e comunitários e a atenção integral;

e) Desenvolver e participar da construção de redes nos serviços públicos de saúde/saúde mental para as pessoas em cumprimento de pena (privativa de liberdade e restritiva de direitos), bem como de medidas de segurança;

f) Ter autonomia teórica, técnica e metodológica, de acordo com os princípios ético-políticos que norteiam a profissão.

Art. 3º. Em relação à atuação como gestor, o psicólogo deverá:

a) Considerar as políticas públicas, principalmente no tocante à saúde, assistência social e direitos humanos no sistema prisional, nas propostas e projetos a ser implementados no contexto prisional;

b) Contribuir na elaboração e proposição de modelos de atuação que combatam a culpabilização do indivíduo, a exclusão social e mecanismos coercitivos e punitivos;

c) Promover ações que facilitem as relações de articulação interpessoal, intersetorial e interinstitucional;

d) Considerar que as atribuições administrativas do cargo ocupado na gestão não se sobrepõem às determinações contidas no Código de Ética Profissional.

Art. 4º. Em relação à elaboração de documentos escritos:

a) Conforme indicado nos Art. 6º e 112º da Lei nº 10.792/2003 (que alterou a Lei nº 7.210/1984), é vedado ao psicólogo que atua nos estabelecimentos prisionais realizar exame criminológico e participar de ações e/ou decisões que envolvam práticas de caráter punitivo e disciplinar, bem como documento escrito oriundo da avaliação psicológica com fins de subsidiar decisão judicial durante a execução da pena do sentenciado;

b) O psicólogo, respaldado pela Lei nº 10792/2003, em sua atividade no sistema prisional somente deverá realizar atividades avaliativas com vistas à individualização da pena quando do ingresso do apenado no sistema prisional. Quando houver determinação judicial, o psicólogo deve explicitar os limites éticos de sua atuação ao juízo e poderá elaborar uma declaração conforme o Parágrafo Único.

Parágrafo Único. A declaração é um documento objetivo, informativo e resumido, com foco na análise contextual da situação vivenciada pelo sujeito na instituição e nos projetos terapêuticos por ele experienciados durante a execução da pena.

Art. 5º. Na atuação com outros segmentos ou áreas, o psicólogo deverá:

a) Visar à reconstrução de laços comunitários, sociais e familiares no atendimento a egressos e familiares daqueles que ainda estão em privação de liberdade;

b) Atentar para os limites que se impõem à realização de atendimentos a colegas de trabalho, sendo seu dever apontar a incompatibilidade de papéis ao ser convocado a assumir tal responsabilidade.

Art. 6º. Toda e qualquer atividade psicológica no sistema prisional deverá seguir os itens determinados nesta resolução.

Parágrafo Único – A não observância da presente norma constitui falta ético-disciplinar, passível de capitulação nos dispositivos referentes ao exercício profissional do Código de Ética Profissional do Psicólogo, sem prejuízo de outros que possam ser arguidos.

Art. 7º. Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 29 de junho de 2010.

ANA MARIA PEREIRA LOPES  
Conselheira-Presidente

# Psicologia e Políticas Públicas

A Psicologia implicada na construção de uma sociedade de direitos.

**A** inserção no campo das Políticas Públicas demanda o desafio de ultrapassar uma compreensão simplista de seu significado, capaz de explorar e atribuir-lhe novos sentidos. Resgatar a dimensão da coletividade e do agir coletivo, presentes na concepção da pólis grega, tensiona para uma análise a respeito dos modos de inserção e de intervenção, que coloca em análise o compromisso ético-político das diferentes categorias profissionais.

A Psicologia tem, na atualidade, uma atuação expressiva e importante em diversas ações vinculadas às Políticas Públicas desenvolvidas no Brasil, com uma participação bastante reconhecida na Assistência Social, na Segurança Pública, nos Direitos Humanos, no Sistema Prisional, na Saúde e especialmente na Saúde Mental, entre outras áreas. Nesse sentido, qualificar nossos fazeres e a produção de saberes que se desenvolvem nestes cenários de práticas é cada vez mais uma exigência colocada para os psicólogos.

O Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul tem propiciado a experimentação de espaços coletivos de diálogo e reflexão que buscam incidir de modo efetivo na construção de Políticas Públicas eticamente implicadas com o compromisso social e com a garantia de direitos.

Neste contexto, a Comissão de Políticas Públicas do CRPRS tem o desafio de fazer valer sua responsabilidade enquanto espaço de referência que promova uma discussão qualificada e permanentemente capaz de produzir reflexões e ações neste campo.

A participação de todos que se sentem convocados com esta temática é muito bem-vinda para que possamos, coletivamente, ampliar o debate e produzir novas formulações que qualifiquem a presença dos psicólogos no campo das Políticas Públicas.

## Comissão de Políticas Públicas

**Conselheira presidente:** Vania Roseli Correa de Mello

**Conselheiros participantes:** Alexandra Maria Campelo Ximendes, Loiva dos Santos Leite, Vera Pasini, Melissa Classen

**Colaboradores:** Silvia Giugliani, Cristiane Bens Pegoraro, Carolina dos Reis

*A Comissão de Políticas Públicas reúne-se todas as quartas-feiras, às 19h, na sede do CRPRS.*

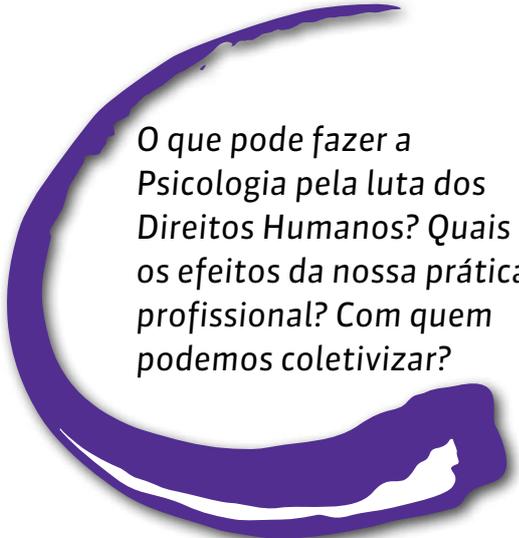
O CRPRS tem propiciado a experimentação de espaços coletivos de diálogo e reflexão que buscam incidir de modo efetivo na construção de Políticas Públicas implicadas com o compromisso social e com a garantia de direitos.

# A Psicologia e os Direitos Humanos

O desafio de expandir as discussões junto à categoria e à sociedade.

**A** Comissão Regional de Direitos Humanos do Rio Grande do Sul (CRDH) foi constituída a partir dos debates realizados nos Congressos Nacionais de Psicologia (CNP), que recomendaram que cada regional mantivesse, em caráter permanente, uma CRDH. Com a atribuição de consolidar as discussões sobre as necessárias relações entre Psicologia e Direitos Humanos, a Comissão coloca-se como um espaço que transversaliza temas, problemáticas e ações com as demais comissões do Conselho.

Tomando o desafio de expandir nossas discussões com a categoria e com a sociedade, participamos do IX Congresso de Saúde Mental e Direitos Humanos, promovido pela Associação Madres da Praça de Maio, abordando a problemática da criminalização dos movimentos sociais no Brasil.



O que pode fazer a Psicologia pela luta dos Direitos Humanos? Quais os efeitos da nossa prática profissional? Com quem podemos coletivizar?

A criminalização dos movimentos sociais é histórica na América Latina. O Brasil, por sua vez, é um país de dimensões continentais que, desde a colonização, passou a implementar a política de concentração de terras e renda nas mãos de poucos. Há um enorme contingente de trabalhadores rurais, além dos povos indígenas que lutam pelo direito de ter sua terra para viver, plantar, colher e existir.

Nas grandes cidades, as profundas desigualdades no acesso aos direitos básicos não mais impressionam. Com o fortalecimento do capitalismo o econômico segue sobrepondo-se aos méritos sociais, culturais e ambientais. Deste modo, para garantir os interesses de seletos grupos economicamente dominantes, a violência de Estado torna-se prática cotidiana e naturalizada.

O Brasil pode se orgulhar, porém, de ter sido berço de diversos movimentos sociais organizados, ativos e propositivos. Grupos como o Movimento de Trabalhadores Sem Terra (MST), Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro, Movimento dos Sem Teto, Movimento de Luta Antimanicomial, e tantos outros, afirmam suas lutas inventando modos de ser e estar no mundo.

O que pode a Psicologia neste cenário? Quais os efeitos da nossa prática profissional? Com quem podemos coletivizar? Essas e tantas outras questões têm sido trazidas para pauta de discussão e agenda de atividades das Comissões de Direitos Humanos do Sistema Conselhos. Nossa participação no Congresso, realizada em conjunto com a CRDH do Rio de Janeiro (RJ), mostrou que a luta pelos direitos de negros, loucos, presos, pobres, ultrapassa fronteiras. O que une os mais diversos sotaques e idiomas é o compromisso social dos psicólogos pautados pela ética e pelos direitos humanos. Como disse Hebe de Bonafini, uma das Madres da Praça de Maio: *“Asumimos la responsabilidad de levantar las mismas banderas de nuestros hijos, exigir trabajo salud, vivienda dignos [...] A ellos los tiraron vivos al mar, quemaron sus cuerpos, los enteraron, pero no pudieron con sus ideas, no pudieron porque sus madres seguimos y comenzamos a darle vida a sus sueños [...] porque viven em cada persona que reclama, exige, pelea”*.

## Comissão de Direitos Humanos

**Conselheira presidente:** Luciana Knijnik

**Conselheiros participantes:** Bianca Sordi Stock, Rafael Wolski de Oliveira e Pedro José Pacheco.

**Psicóloga assessora técnica:** Lucia Regina Cogo

**Colaboradores:** Aline Reis Calvo Hernandez, Marlos Tadeu Bezerra de Mello, Priscila Pavan Detoni e Maria Josefina Franchini Torres.

Informe-se sobre os horários das reuniões entrando em contato com o CRPRS pelo telefone (51) 3334.6799.

# Compromisso com a Psicoterapia

Diferentes escolas teóricas unidas em torno do compromisso com a área.

**A** Comissão de Psicoterapia é um espaço para a reflexão e discussão acerca das práticas do psicoterapeuta. Desde 2009 – Ano da Psicoterapia, diversos temas que envolvem o fazer do psicólogo estão sendo discutidos. Destacam-se a constituição das psicoterapias como campo interdisciplinar, a formação do psicoterapeuta, os princípios éticos e técnicos, a relação com outros profissionais, a relação com o Sistema Conselhos e com a Associação Brasileira de Psicoterapia (ABRAP) e a clínica ampliada.

Na atualidade, um dos temas trazidos à discussão para os psicólogos, em relação à Psicoterapia, é o da regulamentação de sua prática. Este tema, considerando o campo interdisciplinar em que a Psicoterapia se insere, traz à tona a necessidade de estabelecermos diálogos com nossos colegas e com as demais categorias profissionais de todas as regiões do Estado que desenvolvem estas práticas, nos quais possamos refletir acerca das implicações éticas, técnicas e políticas que atravessam o exercício da Psicoterapia.

Nosso objetivo, para os três anos de gestão, é manter um grupo de psicoterapeutas, das mais diferentes escolas teóricas, unidos

em torno do compromisso com a Psicoterapia. Visamos a dar continuidade ao trabalho já realizado e, sobretudo, pretendemos ampliar o debate sobre a Psicoterapia entre os psicólogos. Convidamos todos os interessados a se unirem ao nosso grupo.

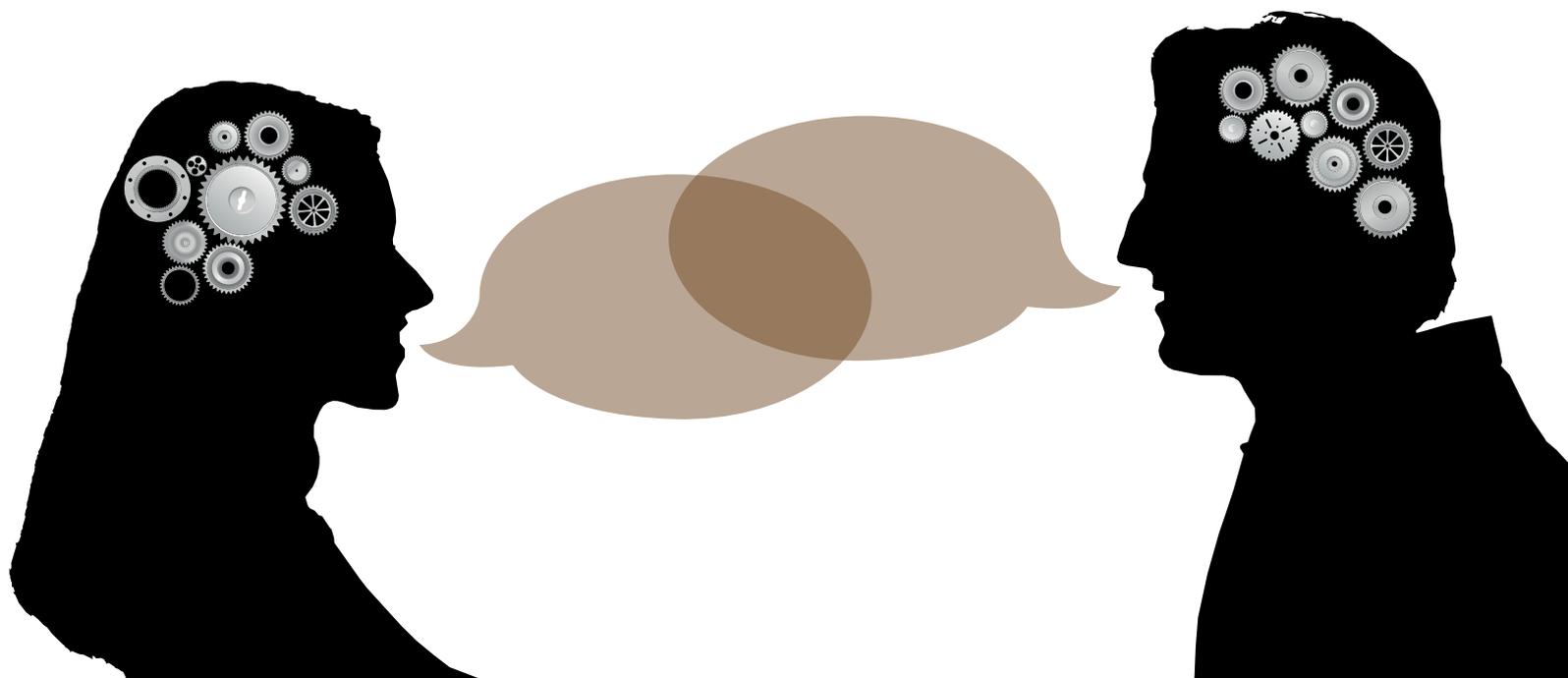
## Comissão de Psicoterapia

**Conselheira presidente:** Elisabeth Mazon Machado

**Conselheira participante:** Vânia Fortes

**Psicólogo assessor técnico:** Lucio Fernando Garcia

*Informe-se sobre os horários das reuniões entrando em contato com o CRPRS pelo telefone (51) 3334.6799.*



## Refletindo sobre a Avaliação Psicológica

Conhecimento técnico-científico e aspectos éticos fundamentais da Avaliação Psicológica.

**É** com grande satisfação que são iniciados os trabalhos da gestão 2010/2013 do CRPRS na Comissão de Avaliação Psicológica. Atualmente, com as mudanças no cenário da Psicologia e com a ampliação do campo de atuação do psicólogo, não foram poucas as mudanças e as reflexões necessárias em todas as áreas. Desta forma, a área de Avaliação Psicológica, em especial, vem passando por muitos questionamentos. A importância da reflexão refletiu-se na decisão da última Assembleia das Políticas Administrativas e Financeiras do Sistema Conselhos (APAF), ocorrida em dezembro, de definir o ano de 2011 como o Ano da Avaliação Psicológica.

Nesta perspectiva, a Comissão de Avaliação Psicológica apresenta as seguintes questões, julgadas pertinentes à reflexão de todo profissional desta área: para que avaliar? A serviço de quem e de quem está um processo de avaliação? Qual a contribuição para o sujeito que está sendo avaliado? Como avaliar na atualidade?

Essas são questões necessárias ao contexto da Avaliação Psicológica hoje, principalmente quando se faz um resgate do sujeito, deixando a técnica como um dispositivo de trabalho e não como um fim em si mesma. É nesta perspectiva que a Comissão deseja focar a constante reflexão proposta para esses três anos de trabalho.

São muitos os temas e as inquietações que se pretende abordar na Comissão, chamando os psicólogos para o debate nesta área, trocando experiências e construindo, juntos, um novo jeito de se trabalhar com Avaliação Psicológica, envolvendo o conhecimento técnico-científico (métodos, técnicas, instrumentos) necessário e os aspectos éticos fundamentais envolvidos no exercício profissional, sempre resgatando a importância dessa ferramenta.

*São muitos os temas e as inquietações que pretendemos abordar na Comissão, chamando os psicólogos para o debate, trocando experiências e construindo, juntos, um novo jeito de se trabalhar com Avaliação Psicológica.*

Ao longo dos anos, a sociedade solicitou um posicionamento da Psicologia em relação à área de Avaliação Psicológica, e é com base nesse que será construído o trabalho dentro da Comissão. Alguns temas já têm sido pauta de nossas discussões, e vão ao encontro das legislações do Conselho Federal de Psicologia: Avaliação Psicológica em concursos públicos, Avaliação Psicológica para porte de arma, Avaliação Psicológica e questões éticas, elaboração de documentos decorrentes do processo de avaliação e a formação nesta área.

Assim, estão convidados todos os psicólogos a participarem da Comissão e ajudarem efetivamente nesta construção, pois teremos muito trabalho pela frente. Além das reuniões da Comissão, acompanhe pelo site do CRPRS a programação de eventos. Participe, traga a sua experiência e vamos refletir sobre Avaliação Psicológica!

### Comissão de Avaliação Psicológica

**Conselheira presidente:** Vivian Roxo Borges

**Conselheira participante:** Sinara Cristina Tres

**Psicóloga assessora técnica:** Adriana Dal Orsoletta

**Colaboradores:** Cristina Armani Madeira, Gabriela Quadros de Lima, Mariana da Costa Junkes, Miriam Siminovich, Neusa Chardosim, Valéria Gonzatti

*A Comissão de Avaliação Psicológica reúne-se na segunda terça-feira de cada mês, das 19h às 21h, na sede do CRPRS.*

# Especialidades em debate

Ampliação das discussões sobre a especialidade em Psicologia.

**A** Comissão de Análise para a Concessão do Registro do Título de Especialista é responsável por receber os pedidos, examinar e conceder, por meio do Conselho Federal de Psicologia, o Título de Especialista aos Psicólogos regularmente inscritos no Sistema Conselhos fazendo cumprir a Resolução CFP n.º 014/2000, que institui o Título de Especialista em Psicologia.

O objetivo da gestão ComPosição para este campo é aproximar o CRPRS dos espaços de formação profissional (graduação e pós-graduação) para fortalecer discussões e promover ações conjuntas (seminários, fóruns, encontro de supervisores e preceptores, dentre outras) visando à qualificação da formação de psicólogos.

Os pedidos podem ser realizados de três formas: comprovando experiência profissional na área da especialidade (na vigência de prazo aberto para reconhecer a especialidade), concurso público ofertado pelo sistema conselhos e conclusão de curso de especialização credenciado pelo CFP.

O intuito durante os três anos de gestão é, além de seguir com os trabalhos da Comissão, também ampliar o debate entre os psicólogos sobre a especialidade em Psicologia, principalmente quanto aos efeitos da concessão de especialidades para a profissão. Nesse sentido, os interessados estão convidados a participarem das reuniões da Comissão.

## Comissão de Análise para a Concessão do Registro do Título de Especialista

**Conselheira presidente:** Lutiane de Lara

**Conselheiros integrantes:** Adolfo Pizzinato, Vera Pasini, Vânia Fortes e Roberta Motta

**Psicólogo assessor técnico:** Lucio Fernando Garcia

**Colaboradores:** Mariana Calessio Moreira

*A Comissão de Análise para a Concessão do Registro do Título de Especialista reúne-se nas segundas-feiras, às 9h, na sede do CRPRS.*

CLÍNICA ESCOLAR  
ESPORTE TRABALHO  
TRÂNSITO PSICOMOTRICIDADE  
PSICOPEDAGOGIA NEUROPSICOLOGIA  
PSICOLOGIA SOCIAL

## Pela consciência cidadã no trânsito

A intervenção efetiva envolve a congregação da Psicologia com diversos saberes.

Os diferentes modos de circulação humana proporcionam às pessoas várias situações nas quais estabelecem uma multiplicidade de interações e relações sociais. Esse transitar humano causa impactos diversos naqueles que estão envolvidos na circulação, tanto no espaço urbano, quanto nas estradas e rodovias. Os números das estatísticas apresentadas relativas ao trânsito são preocupantes pelo que representam, pois demonstram o número de vidas que são ceifadas ou passam por limitações importantes devido à acidentalidade ou, utilizando um termo mais apropriado da área, sinistralidade. Os fatores envolvidos na elevação desses índices são muitos, incluindo questões de educação, consciência cidadã, sinalização, legislação, dentre outros.

É levando em consideração essa multiplicidade de fatores que contribuem para a problemática do trânsito na atualidade que a Comissão de Trânsito e Mobilidade Humana do CRPRS se reúne periodicamente. Considerando a complexidade que envolve o fenômeno trânsito, entende-se que para intervir de forma efetiva é necessária a congregação de diferentes saberes. Desse modo, entendemos o trânsito e a mobilidade humana de forma global e ampliada, compreendendo o quão importante é realizar um diálogo que abranja questões como avaliação psicológica para candidatos a condutores, educação para o trânsito, esforço legal, engenharia de tráfego, etc. Visamos essencialmente discutir e criar estratégias de enfrentamento para essa realidade tão complexa do trânsito e das questões de mobilidade humana, buscando dialogar sobre o papel que o psicólogo do trânsito pode assumir diante disso, contribuindo com os demais saberes.

Atualmente a nossa comissão é composta por representantes da EPTC, DETRAN, Polícia Rodoviária Federal, SEST/SENAT, Comando



Rodoviário da Brigada Militar, Fundação Thiago Gonzaga, Instituto Zero Acidente, Instituto Ande Bem, psicólogos que atuam em CFCs e Plural Psicologia e Consultoria.

Convidamos todos os psicólogos envolvidos com estas questões e que têm interesse e disponibilidade para fazer parte da Comissão a participar e contribuir para essa construção coletiva de um trânsito que nos possibilite fluidez, acessibilidade e segurança. A participação dos interessados é sempre bem vinda para solidificarmos novos olhares e aprimorarmos discussões que resultem em possibilidades reais de transformação do contexto trânsito e suas convergências.

### Comissão de Trânsito e Mobilidade Humana

**Conselheira presidente:** Sinara Cristiane Tres Soares

**Conselheiras integrantes:** Janaína Zanchin e Vivian Roxo Borges

**Psicólogo assessor técnico:** Lucio Fernando Garcia

**Colaboradores:** Psicólogos que atuam em CFCs, representantes da EPTC, DETRAN/RS, SEST/SENAT, Instituto Zero Acidente, Movimento Gaúcho pelo Trânsito Seguro – MGTS, Brigada Militar, Polícia Rodoviária Federal, SIPERGS, Fundação Thiago de Moraes Gonzaga, Ande Bem - Instituto de Psicologia do Trânsito e Instituto de Desenvolvimento para Educação no Trânsito.

*A Comissão de Trânsito e Mobilidade Humana reúne-se na primeira terça-feira de todo mês, às 14h30, na sede do CRPRS.*

A promoção de debates sobre a medicalização na educação vem sendo uma das principais frentes de ação do Grupo de Trabalho da Educação da Subsede Serra. O GT, coordenado pela Conselheira Rosa Veronese e colaboradores, foram responsáveis por promover na região da Serra dois encontros no mês de outubro enriquecidos pela contribuição de psicólogos, pedagogos, médicos, entre outros profissionais envolvidos com a questão: o Seminário “Medicalização e Educação: Pensando sobre a Realidade Atual”, em Caxias do Sul, e o Espaço Psi, em Vacaria, com o tema “Medicalização na Educação”.

Cientes de que o debate deve ser ampliado a todos os envolvidos com a educação de crianças e adolescentes, o GT Educação abre este espaço para que a psicóloga e conselheira do CFP Marilene Proença compartilhe algumas das reflexões sobre o tema.

## A volta das explicações organicistas para solucionar problemas educacionais: um alerta aos pais

Marilene Proença\*

A partir dos anos 80, a Psicologia e a Psicologia Escolar têm chamado a atenção para as explicações a respeito dos chamados problemas de aprendizagem na escola. O alerta da Psicologia Escolar permitia considerar que não era mais possível depositar sobre as crianças, adolescentes e suas famílias, as causas dos altos índices de repetência e de evasão escolares. Para a Psicologia é necessário entender o não aprendido analisando o sistema escolar, as práticas pedagógicas, as relações escolares e institucionais, as questões que aparecem no interior da escola a fim de compreender em que contexto educacional alunos, professores e gestores estão inseridos e como tais contextos influem no processo de escolarização.

É com grande surpresa e preocupação que assistimos a partir de 2000 o retorno das explicações organicistas centradas em distúrbios e transtornos no campo da educação para explicar dificuldades de crianças na escolarização. O avanço das explicações organicistas para a compreensão do não aprender retoma os velhos verbetes tão questionados por setores da Psicologia, Educação e Medicina, a saber: dislexia, disortografia, disgrafia, dislalia, transtornos de déficit de atenção, com hiperatividade, sem hiperatividade e hiperatividade (TDAH).

Segundo dados da ANVISA, o número de caixas de medicamentos para diagnóstico de TDAH subiu entre 2003-2004 51%. Internacionalmente, as vendas segundo a IMS-PMB, entidade suíça que contabiliza a venda de medicamentos, dos medicamentos para TDAH subiram de 71 mil caixas em 2000 para 739 mil em 2004 e pesquisa do Instituto Brasileiro de Defesa dos Usuários de Medicamentos, com dados de 2009, a venda de medicamentos com metilfenidato (base da Ritalina e do Concerta) subiu de 71.000 caixas vendidas em 2000 para 1.147.000 em 2008.

Portanto, ter dificuldade de leitura e escrita não mais questiona a escola, o método, as condições de

aprendizagem e de escolarização, mas busca na criança as causas das dificuldades de leitura, escrita, cálculo e acompanhamento dos conteúdos. O que é mais perverso nesse processo é que os defensores das explicações organicistas apresentam a patologização da criança como um direito de ser medicada, atendida e diagnosticada.

Este quadro que se apresenta ainda no conjunto da educação brasileira, leva-nos a nos voltarmos para o interior da escola, revendo nossas políticas educacionais, nossa prática docente, nossas políticas de formação docente, nossos métodos de ensino e as práticas político-pedagógicas. Trabalhar a serviço da melhoria da qualidade da escola e dos seus benefícios impõe uma prática profissional que desloca sua atenção das patologias para atuar na interface Educação – Instituição Escolar, com os temas que vão desde a vida escolar, as práticas educacionais, as relações institucionais na escola, os processos de estigmatização escolares, as diferenças de classe social na escola, as questões de gênero, e tantos outros aspectos.

### Grupo de Trabalho da Educação

**Conselheira presidente:** Rosa Veronese

**Colaboradores:** Simone Fragoso Courel, Marlete Susin Rodrigues, Simone Muller Cardoso, Iria Jacoby Oliveira, Viviane da Costa Pinheiro, Mônica Fernanda Neukamp Wille

*Informe-se sobre os horários das reuniões entrando em contato com a Subsede Serra pelo telefone (54) 3223.7848.*

\* Graduada em Psicologia pela Universidade de São Paulo (1978). Mestrado e Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pela USP. Coordenadora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano no Instituto de Psicologia da USP.

## O CRPRS na Região da Serra

Os profissionais da Serra estão convidados a participar das comissões e GTs.

**A** Subsede Serra do CRPRS, fundada em 1998 na cidade de Caxias do Sul (RS), teve como primeiro trabalho mapear quais eram os psicólogos atuantes na região e suas demandas, visando a aproximar aqueles profissionais do Conselho. Desde então, sua atuação vem se fortalecendo em prol da congregação dos profissionais da Psicologia da região da Serra em torno do seu compromisso social.

Entre as diversas ações promovidas pela subsede, destacam-se as reuniões mensais das comissões, em que já foram discutidos temas como direitos humanos, educação, violência doméstica, saúde do trabalhador, assédio moral do trabalho, entre outras diferentes pautas para as quais a Psicologia possa levar sua contribuição.

Outro campo diz respeito à articulação entre a subsede e os diversos espaços acadêmicos da região, como nos eventos promovidos pelo Grupo de Trabalho da Educação, visando à participação crítica e reflexiva da Psicologia no espaço educacional, além de um laboratório de escuta dos estudantes da área, em que são feitas pesquisas sobre as expectativas profissionais, o mercado de trabalho, entre outras discussões.

Outro importante espaço de congregação é o Espaço Psi, que deverá ser ampliado para todo o Estado em 2011, sempre trazendo debates multidisciplinares sobre temas de interesse geral.

A Subsede Serra convida todos os psicólogos e estudantes a participarem das reuniões de suas comissões e GTs.

### CRPRS – Subsede Serra

**Conselheiras responsáveis:** Elisabeth Mazon Machado e Rosa Veronese

**Colaboradores:** Loiva Maria De Boni Santos (Conselho de Entorpecentes), Maria Marlene Faria (Conselho de Saúde do Trabalhador), Miriam Minotto (Conselho da Mulher)

*A Subsede Serra está na rua Moreira César, 2712/33, em Caxias do Sul (RS), telefone (54) 3223.7848*

*A Subsede Serra do CRPRS, fundada em 1998 na cidade de Caxias do Sul (RS), teve como primeiro trabalho mapear quais eram os psicólogos atuantes na região e suas demandas.*

# O CRPRS na Região Sul

A Subsede Sul é o espaço de todo psicólogo da região.

**A** Subsede Sul, situada em Pelotas (RS), iniciou seus trabalhos em 1996 e, nestes quase quinze anos, muitos colaboradores já deixaram suas contribuições para o fortalecimento deste espaço, bem como ajudaram no avanço de debates propostos pelo Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul.

Atualmente, os Conselheiros responsáveis pela Subsede Sul, Melissa Classen e Deise Ortiz, e o grupo de Colaboradores reúnem-se quinzenalmente para a discussão de pautas tratadas pelo CRPRS, a elaboração coletiva de propostas que possam contribuir para o desenvolvimento da profissão e a aproximação com a sociedade, assim como o enfrentamento de questões pontuais que digam respeito à Psicologia na cidade e na região.

O Controle Social é pauta constante nos encontros, e nossa representatividade se dá em diversos espaços: Conselho Municipal de Saúde, Conselho Municipal de Assistência Social, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente, Conselho Municipal dos Direitos do Idoso, Conselho Municipal dos Direitos da Mulher e Conselho Regional de Saúde. No ano de 2010, a Subsede este-

ve fortemente engajada na organização da III Conferência Municipal de Saúde Mental Intersetorial e segue colaborando com este tema estando presente na Comissão Municipal de Saúde Mental.

Neste mesmo ano, a Subsede ofereceu encontros temáticos abertos não só aos psicólogos, mas a toda sociedade interessada em discutir os mais variados assuntos. Estes encontros terão sequência no ano de 2011 com datas ainda a serem confirmadas.

Como forma de aproximação e de chamar os novos psicólogos às discussões da categoria, a Subsede Sul realiza também a Cerimônia de Entrega das Carteiras de Identidade Profissional aos recém formados, em um coquetel intimista onde os novos profissionais recebem sua habilitação para o trabalho.

A Subsede Sul é o espaço de todo o psicólogo e as reuniões do grupo são abertas àqueles que querem participar e contribuir com suas idéias, sugestões e críticas. É importante que os profissionais se apoderem deste espaço e se aproximem das temáticas que envolvem a categoria.

*Pela elaboração coletiva de propostas que possam contribuir para o desenvolvimento da profissão e a aproximação com a sociedade, na cidade de Pelotas e região.*

## CRPRS – Subsede Sul

**Conselheiras responsáveis:** Melissa Classen e Deise Ortiz

**Colaboradores:** Ana Maria Pereira Porto (Conselho de Assistência Social), Isane Larrosa Cardoso (Conselho Municipal de Saúde), Maria Josefina Franchini Torres (Conselho da Mulher), Maria Rosane Quevedo Lerípio (Conselho Municipal de Saúde), Melissa Rios Classen (Conselho Regional de Saúde), Rosamaris de Moraes (Conselho do Idoso), Simone Rosana Amaral Parodes (Conselho da Criança e Adolescente).

A Subsede Sul está na rua Félix da Cunha, 772/304, Pelotas (RS), telefone (53) 3227.4197

# O CRPRS na Região Centro-Oeste

O fortalecimento do Conselho em Santa Maria e região.

O Grupo de Trabalho do Centro-Oeste iniciou suas atividades em julho de 2008, quando ocorreu um encontro com integrantes da Gestão Plural Psi no Plenário da Câmara de Vereadores de Santa Maria. Compareceram diversos psicólogos de diferentes municípios da região, com inserção em diferentes áreas de atuação.

Nesta ocasião, os psicólogos presentes discutiram sobre a possibilidade de uma maior aproximação com o CRPRS e, ao mesmo tempo, identificar as práticas e as necessidades de discussão da cidade e região.

Devido ao fato de a maioria dos psicólogos atuar nas Políticas Públicas e Psicoterapia, estes foram os temas apontados para as discussões iniciais no grupo.

Deste modo, o GT tem como objetivo favorecer a articulação e a organização dos profissionais da Psicologia da região centro-oeste do Rio Grande do Sul, trabalhando nas

perspectivas da descentralização e regionalização das ações políticas e discussões técnicas do CRPRS. Todas as ações têm como foco a mobilização da categoria na região centro-oeste, visando à implantação de uma Subsede na cidade de Santa Maria.

Nossos encontros ocorrem nas primeiras quintas-feiras de cada mês no Hotel Morotin (Rua Ângelo Uglione, 1629, Centro). Além disso, mantemos um grupo de discussão on line a fim de aproximar os psicólogos, discutir temas pertinentes, divulgar cursos, entre outros.

Para o próximo ano, pretende-se desenvolver encontros temáticos, os quais denominamos “Rodas de Conversa”, sempre com a presença de um convidado. Esses encontros visam a oportunizar a discussão de questões contemporâneas relacionadas à profissão, assim como proporcionar a aproximação dos psicólogos da região Centro-Oeste.

## GT Centro-Oeste

**Conselheiras responsáveis:** Vânia Fortes de Oliveira, Roberta Fin Motta

**Colaboradores:** Adriane Rubio Roso, Camila dos Santos Gonçalves, Felix Miguel Nascimento Guazina, Guilherme Corrêa, Ramiro Bürger Schönardie, Bruna da Silva Osório, Ariana Leite Gress.

*O GT Centro-Oeste reúne-se nas primeiras quinta-feiras do mês, às 19h, no Hotel Morotin (Rua Ângelo Uglione, 1629, em Santa Maria (RS)).*

*Todas as ações têm como foco a mobilização da categoria na região centro-oeste, visando à implantação de uma Subsede na cidade de Santa Maria.*

# Um ano de conquistas

Quatro pesquisas foram desenvolvidas pelo CREPOP em 2010

**E**stamos encerrando mais um ano de trabalho. Muito mais que atividades, realizamos verdadeiros encontros que provocaram e ampliaram nossas reflexões sobre a Psicologia e as Políticas Públicas. Em 2010, quatro pesquisas foram realizadas pelo CREPOP:

- Hospitais que atendem Sistema Único de Saúde
- Centros de Atenção de Assistência Social - CRAS/SUAS
- Diversidade Sexual
- Esporte

Entendemos e trabalhamos para que cada processo de pesquisa seja vivido como um ponto de partida, início ou retomada de um canal de diálogo com o CRPRS. Um início ou amadurecimento de espaços coletivos que registrem e compartilhem as práticas desenvolvidas pelos profissionais que atuam nos diferentes campos das Políticas Públicas, nas suas fragilidades bem como nas suas fortalezas, lembrar e celebrar práticas profissionais que poderiam permanecer invisíveis caso nenhum de nós propusesse uma troca, um (re)conhecimento sobre as atividades desenvolvidas e especialmente provocasse uma reflexão sobre as sustentações legais, técnicas, éticas e políticas que atravessam nossa presença no campo pesquisado e especialmente no campo das Políticas Públicas.

O ano de 2010 certamente ocupará um lugar especial em nossa memória, pois, para além de nossas atividades diretas, estivemos presentes, a partir de diferentes oportunidades e espaços de intervenção, nos processos preparatórios à IV Conferência Nacional de Saúde Mental Intersetorial.

Certamente carregar esta lembrança nos impulsionará a permanecer ativos e propo-



sitivos em nossas atividades e práticas profissionais. Cabe também destacar mais uma das conquistas de 2010 vivida pelo CREPOP: queremos registrar nosso imenso reconhecimento e valorização por todos profissionais que permanecem próximos, seja pela proximidade presencial, seja pela manutenção ativa de nossos canais virtuais de comunicação, trazendo questões que são de todos nós e por nós devem ser respondidas, refletidas e, quando necessário, produzam encaminhamentos e ações concretas.

Encerramos ressaltando a implantação de um espaço de debate – Conversando sobre a Psicologia e o SUAS – originado a partir das pesquisas do CREPOP junto à política de Assistência Social e que, ao se constituir, fica articulado na Comissão de Políticas Públicas, fórum permanente do CRPRS. Desde outubro de 2010 já foram realizados dois encontros, e nosso próximo está agendado para 14 de janeiro às 14h na sede do CRPRS. A reunião está direcionada aos profissionais que atuam no SUAS, mas como trabalhamos de forma transversal, este convite está estendido a todos profissionais que trabalham direta ou indiretamente com o SUAS.

Agradecemos a todos por contribuírem com o avanço da Psicologia no campo das Políticas Públicas e convidamos a todos a permanecerem cada vez mais próximos e propositivos. O CREPOP se fortalece a cada novo contato, a cada nova conversa, mas também pelo conjunto de pesquisas já desenvolvidas e as muitas que ainda serão realizadas.

Abraço forte e um feliz, produtivo e acolhedor 2011!

*Silvia Giugliani e Carolina dos Reis*  
Equipe CREPOP/CRPRS

## Cursos

### **Clínica Psicanalítica – Instituto Wilfred Bion**

Março de 2011  
 Informações: (51) 3319.7665 / 3384.2765  
[www.institutowilfredbion.com.br](http://www.institutowilfredbion.com.br)

### **Formação em Psicanálise Adulto e Infantil – Constructo**

Informações: (51) 3343.3364  
[constructo@terra.com.br](mailto:constructo@terra.com.br)  
[www.constructo.com.br](http://www.constructo.com.br)

### **A Psicologia do Adulto Jovem e do Adulto Maduro**

#### **Psicoterapeutas de Grupos para Adulto Jovem e Adulto Maduro – CLAM**

Informações: (51) 3328.0622  
[www.clam.emed.com.br](http://www.clam.emed.com.br)

### **Redução de Danos: ferramenta para atuação no campo das drogas – UFSM**

Informações: [projetoitaca@gmail.com](mailto:projetoitaca@gmail.com)  
[projetoitaca.blogspot.com](http://projetoitaca.blogspot.com)

### **Pós-Graduação em Psicologia Organizacional – IDGRS**

Abril de 2011  
 Informações: [www.idgrs.com.br](http://www.idgrs.com.br)

### **Cuidando dos Cuidadores – Casa Divina**

Abril e junho de 2011  
 Informações:  
[plena.comunicacao@gmail.com](mailto:plena.comunicacao@gmail.com)

### **Curso de Psicólogo Perito Examinador de Trânsito**

Belo Horizonte/MG  
 Informações: (31) 2551.0568  
[bh@posgraduar.com.br](mailto:bh@posgraduar.com.br)  
[www.posgraduar.com.br](http://www.posgraduar.com.br)

### **Especialização em Psicoterapia Formação em Psicoterapia Psicanalítica de Crianças**

**Aperfeiçoamento em Psicopedagogia**  
**Grupo de Estudos Psicanálise dos Vínculos**  
**Grupo de Estudos TCC - Terapia Cognitivo-Comportamental - Instituto Cyro Martins**  
 Informações: (51) 3338.6041  
[cyromartins@cpovo.net](mailto:cyromartins@cpovo.net)  
[www.cyromartins.com.br](http://www.cyromartins.com.br)

### **Especialização em Psicoterapia de Orientação Psicanalítica**

#### **Especialização em Psicoterapia Psicanalítica de Crianças e Adolescentes – IEPP**

Informações: (51) 3333.4801  
[www.iepp.com.br](http://www.iepp.com.br)

### **Formação em Psicoterapia de Orientação Psicanalítica - Adulto /**

**Infância e Adolescência - ITI**  
 Informações: (51) 3311.3008 / 3311.8163  
[itipoa@terra.com.br](mailto:itipoa@terra.com.br)  
[www.itipoa.com.br](http://www.itipoa.com.br)

### **Pós-Graduação em Psicologia Hospitalar**

Hospital Moinhos de Vento  
 Informações: (51) 3314.3690  
[iep@hmv.org.br](mailto:iep@hmv.org.br)  
[www.hospitalmoinhos.org.br/pos](http://www.hospitalmoinhos.org.br/pos)

### **A Arte de Vincular em Psicoterapia**

22 de janeiro de 2011  
 Coral Tower Trade Hotel - Av. Protásio Alves, 2966  
 Informações: [www.cognicci.com.br](http://www.cognicci.com.br)

### **Formação em Psicanálise – CPRS**

Março de 2011  
 Informações: (51) 3221.3292  
[circulopsicanaliticors@gmail.com](mailto:circulopsicanaliticors@gmail.com)  
<http://www.cbp.org.br/cprs>

## Congressos, Jornadas, Simpósios

### **Jornada da Sociedade de Psicologia do Rio Grande do Sul**

O Ato como Linguagem – 26, 27 e 28 de maio de 2011 – Auditório da Sogipa  
 Informações: (51) 3331.8586  
 Rua Felipe Neri, 414/2º andar – Porto Alegre/RS

### **V Congresso Brasileiro de Avaliação Psicológica**

Bento Gonçalves/RS  
 Informações: <http://www.congressoibap.com.br>

### **II Simpósio Sul-Brasileiro de Psicologia Jurídica**

Hotel Continental - Porto Alegre/RS  
 Informações: (51) 3330-4000  
[projecto@terra.com.br](mailto:projecto@terra.com.br)  
<http://www.projecto-psi.com.br>

### **7º Congresso Norte Nordeste de Psicologia**

11 a 14 de Maio de 2011  
 Informações: <http://www.conpsi7.ufba.br>